



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

5015 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT02 - História da Educação

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, HUMANIDADES DIGITAIS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: A BIBLIOTECA DIGITAL DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Ester F. Vilas-Boas C. do Nascimento - Universidade Tiradentes
Jorge Carvalho Nascimento - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, HUMANIDADES DIGITAIS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: A BIBLIOTECA DIGITAL DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

RESUMO: Na perspectiva da História Cultural, este texto insere-se na História da Educação e sua relação com as Humanidades Digitais na criação da Biblioteca Digital de História da Educação e, conseqüentemente, na divulgação científica. O referencial teórico-metodológico ancora-se em Ginzburg (1989), com o método indiciário, e em Faria Filho (2000), por tratar da relação da História da Educação com as novas tecnologias. A investigação propõe a criação de uma base de dados digital sobre a educação, disponibilizando impressos que circularam no Brasil oitocentista, tratando dos temas abordados, editoras e ano de publicação, bem como a importância da ação de grupos sociais na produção, circulação e usos de impressos e sua relação com a educação brasileira.

Palavras-chave: Biblioteca Digital de História da Educação, Humanidades Digitais, Divulgação Científica, Impressos, Século XIX.

Na perspectiva da História Cultural, este texto insere-se na História da Educação e sua relação com as Humanidades Digitais. Propõe apresentar os resultados de uma investigação responsável pela criação de uma base de dados digital, ferramenta de difusão científica, que permitirá disponibilizar inicialmente documentos que têm sido coletados durante os últimos 20 anos pela coordenação do projeto. São diversos tipos de fontes a exemplo de cartas, livros, livretos, opúsculos, jornais, fotografias e livros de ata. Propõe também analisar os temas abordados, editoras e ano de publicação, bem como a importância da ação de grupos sociais na produção, circulação e usos de impressos e sua relação com a educação brasileira, a exemplo da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira e da Sociedade Bíblica Americana.

O referencial teórico-metodológico ancora-se em Ginzburg (1989), com o *método indiciário* (Ginzburg, 2007), para auxiliar no desvelamento de práticas educacionais e culturais no Brasil durante os Oitocentos. Em Faria Filho (2000), por tratar da relação da História da Educação com as novas tecnologias.

A base de dados digital é constituída por documentos da História da Educação que circularam entre o Brasil, a Inglaterra e Portugal, durante o século XIX. Pretende disponibilizar inicialmente, os fotogramas da Coleção Folhetos Evangélicos, que integra o acervo do Centro de Documentação e História Vicente Themudo Lessa, em São Paulo. É composta por 644 impressos, encadernados em 47 volumes e, publicados entre 1860 e 1938, em formato de cartas, livros, livretos, opúsculos, jornais, fotografias, livros de ata, os quais já se encontram digitalizados.

Quadro 1. Tipologia e Quantidade de Impressos da Coleção Folhetos Evangélicos

TIPOLOGIA	QUANTIDADE
Folheto	377
Livro	195
Opúsculo	65
Livreto	7

FONTE: Coleção Folhetos Evangélicos. São Paulo: Centro de Documentação e História Reverendo Vicente Themudo Lessa, 2010.

A execução deste projeto permite investigar a difusão de saberes e práticas educacionais e religiosas no Brasil, entre os anos de 1860 e 1938, período de publicação dos impressos que compõem a Coleção Folhetos Evangélicos. Apesar da

nomenclatura que Lessa deu à sua coleção de impressos, existem vários títulos que não são evangélicos.

Quadro 2. Temas da Coleção Folhetos Evangélicos

TEMA	QUANTIDADE
Protestantismo	389
Educação	106
Catolicismo X Protestantismo	55
Catolicismo	41
Espiritismo	31
Maçonaria	22

FONTE: Coleção Folhetos Evangélicos. São Paulo: Centro de Documentação e História Reverendo Vicente Themudo Lessa, 2010.

Segundo Almeida (2013, p. 62), os centros editoriais responsáveis pelas produções dos impressos que compõem a Coleção Folhetos Evangélicos eram comerciais, protestantes e católicas e, estavam localizadas principalmente, nos Estados Unidos, Portugal e Brasil. Os 414 títulos publicados no Brasil, foram produzidos por 48 tipografias localizadas em São Paulo (17), Rio de Janeiro (15), Paraná (02), Bahia (02), Maranhão (01), Curitiba (01), Rio Grande do Sul (01), Porto Alegre (01), Jaú (01), Caxias (01), Juiz de Fora (01), Garanhuns (01), Paraíba (01), Belém (01), Fortaleza (01), Natal (01). Dos 79 títulos publicados em Portugal, 10 foram produzidos em tipografias localizadas em Lisboa e, nove, em Porto. Já os Estados Unidos, foram responsáveis pela produção de 45 títulos produzidos em Nova Iorque, Califórnia e, Filadélfia. Na Inglaterra, foram impressos cinco e, França e Escócia, cada um com um título. Não foi possível, registrar a localização da produção de 99 títulos pela ausência de elementos editoriais (ALMEIDA, 2013, p. 63-69).

Dentre os centros editoriais portugueses, a Livraria Evangélica, localizada em Lisboa. Criada em Portugal, em 1864, era uma Agência da Sociedade de Tratados Religiosos que contribuía, “anualmente com uma determinada quantia que permitia a manutenção regular do trabalho da Livraria em Portugal, nas Colônias e no Brasil” (AFONSO, 2009, p. 295). No ano de 1913, “se separou da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira. Apesar de continuarem a cooperar, à Sociedade Bíblica coube continuar a difusão de Bíblias, Testamentos e Porções [...]”, pela intensificação da ação de colportagem, enquanto que “a Livraria incidiu na atividade editorial. Com a redefinição operada, cada uma das instituições seguiu caminhos diferentes” (AFONSO, 2009, p. 296). Em 1935, a Livraria Evangélica encerrou suas atividades, calculando que até aquele momento, ela conseguira produzir anualmente uma quantidade “superior a 2.000 exemplares de Livros e Tratados” (AFONSO, 2009, p. 297).

Dentre as publicações produzidas em Portugal, encontram-se estatutos e relatórios. Segundo Afonso (2009, p. 287), “o rigor em publicar os prelos e em apresentar as contas, demonstra o zelo ao cumprimento rigoroso do legado e também se procura rentabilizar o legado”. O referido autor afirma que a produção de documentos para a evangelização, “enquanto projeto editorial, foi central, mas, tendo sempre presente que tais documentos fossem uma marca identitária para os cristãos reformados [...] daí a grande aposta na difusão gratuita através do correio”.

SOCIEDADES BÍBLICAS E A DIFUSÃO DE IMPRESSOS NO BRASIL OITOCENTISTA

Nos últimos 12 anos, este projeto de investigação em rede que envolveu pesquisadores brasileiros e portugueses, se dedicou a estudar impressos protestantes e outros impressos educacionais que circularam no Brasil durante a segunda metade do século XIX através da ação da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira/BFBS e de outros distribuidores de livros, permitindo uma apreensão global da imprensa protestante e dos impressos educacionais e sua relação com a História da Educação. Os impressos foram analisados como estratégias editoriais de difusão e conformação de saberes e práticas religiosas e pedagógicas. Além de investigar sua circulação, foram recortados como objeto de análise os livros que, destinados à formação e ao uso de grupos protestantes e leituras pedagógicas, organizaram um corpus de saberes representados como necessários à definitiva inserção do Protestantismo e a formação escolar no Brasil. O foco principal foi mapear o território de ação dos agentes e colportores vinculados à Sociedade Bíblica Britânica/BFBS que atuavam em Portugal e no Brasil e analisar a relação daquela ação com a instalação de escolas protestantes no Brasil. A pesquisa sistemática, aprofundada e integradora possibilitou flagrar a organização de uma verdadeira rede de publicação, venda e distribuição de impressos protestantes e pedagógicos no território brasileiro durante a segunda metade do século XIX.

Muitos estudos foram publicados como resultado das investigações, possibilitando um vigoroso debate de revisão quanto a interpretações acerca da História da Educação no Brasil, carregadas de preconceitos próprios da historiografia educacional dos primeiros 80 anos do século XX, a exemplo da certeza que se estabeleceu segundo a qual a leitura entre nós durante o século XIX teria sido inacessível não apenas ao povo, mas a toda a sociedade brasileira.

Como resultado das investigações até agora realizadas foi possível constatar fatos como a expansão do mercado editorial brasileiro no século XIX e o incremento que lhe foi oferecido por iniciativas como o funcionamento regular dos correios, a partir de 1830. Também é válido anotar providências como a regulamentação, em 1866, da propriedade sobre a obra literária pelos herdeiros do autor por 50 anos após sua morte, tornando-se em seguida de domínio público. Um bom exemplo do aquecimento do mercado editorial pode ser verificado com a entrada em circulação da Biblioteca do Povo e das Escolas, uma coleção de 237 livros, publicados durante 42 anos, entre 1881 e 1913, pela Editora David Corazzi, de Lisboa, que circulou em Portugal e no Brasil. Os volumes eram publicados quinzenalmente, nos dias 10 e 25 de cada mês, cada um com rigorosas 64 páginas, em formato de 15,5 X 10 centímetros, de composição cheia^[1]. A edição dos dois primeiros volumes foi de 6 mil exemplares cada. A partir do terceiro volume começaram a ser impressos 12 mil exemplares de cada vez. A tiragem subiu para 15 mil exemplares a partir do volume 10.

De acordo com Domingos Ribeiro (1937), um dos historiadores do Protestantismo no Brasil, no período de 100 anos, entre 1835 e 1935, teriam circulado no país cerca de um milhão de exemplares de impressos protestantes. As investigações até agora realizadas demonstram que tais impressos foram difundidos pelas sociedades bíblicas inglesa e norte-americana e também por outras associações voluntárias destinadas a difusão da palavra impressa.

É recorrente encontrar em documentos do século XIX queixas como as formuladas em 1829, pelo missionário norte-americano Daniel Parish Kidder quanto a ausência de livros didáticos produzidos em território brasileiro ou, ao menos, adequados às condições locais. Tal problema era visto como impeditivo ao desenvolvimento da educação nacional. Mesmo o esforço de editores como Baptiste Garnier não seria suficiente para o suprimento das necessidades brasileiras na área. As dificuldades do mercado brasileiro do livro didático teriam possibilitado que durante toda a segunda metade do século XIX e pelo menos durante as duas primeiras décadas do século XX muitos editores portugueses continuassem a produzir livros escolares – didáticos e complementares do trabalho escolar – destinados a estudantes portugueses e brasileiros.

Todavia, quando analisamos detalhadamente algumas questões, observamos que Kidder e seu parceiro de publicações na metade do século XIX, James Cooley Fletcher, desenvolveram um intenso trabalho objetivando a circulação de impressos e as práticas de leitura entre nós. Ambos atuaram no Brasil como missionários e representaram algumas associações norte-americanas. Kidder era metodista e viajou pelo Brasil vendendo Bíblias como representante da Sociedade Bíblica Americana/ABS. Ainda em 1829, segundo Reily (1984, p. 68), ele propôs à Assembleia Legislativa da Imperial Província de São Paulo o fornecimento gratuito de exemplares do Novo Testamento, traduzido para a língua portuguesa pelo Padre Antônio Pereira de Figueiredo, em quantidade suficiente para entregar 12 exemplares a cada uma das escolas primárias da Província, mediante a condição única de que tais volumes fossem desembaraçados, quando entregues à Alfândega do Rio de Janeiro, distribuídos, conservados e usados pelas diversas escolas, como livros de leitura geral e instrução para seus alunos.

Além do seu trabalho como missionário, Fletcher foi também secretário interino da Legação dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. Esforçou-se muito por estimular também o comércio e o intercâmbio entre os dois países, Brasil e Estados Unidos. Seguro de que o progresso resultaria em maior relacionamento dos brasileiros com a América do Norte, Fletcher considerava tal atividade como parte integrante da sua missão e os resultados como legítimo fruto missionário (KIDDER E FLETCHER, 1941, p. 70). A partir de 1851, ele passou a trabalhar no Brasil como Agente da União Cristã Americana e Estrangeira, da Sociedade Americana dos Amigos dos Marinheiros e da Sociedade Bíblica Americana em uma missão que durou até 1854, distribuindo impressos por todo o país (KIDDER E FLETCHER, 1941, p. 75). Durante a sua atuação, entre 1855 e 1856, como Agente da União Americana de Escolas Dominicais, Fletcher viajou quase cinco mil quilômetros no interior do país distribuindo Bíblias, um dos objetivos daquela organização. Durante os anos de 1868 e 1869, voltou a atuar como Agente da Sociedade Americana de Panfletos.

Do mesmo modo que a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, a Sociedade Bíblica Americana foi uma associação voluntária tal como é apresentado esse tipo de sociedade sob a perspectiva de Max Weber (1971). As associações voluntárias, ou sociedades de ideias, – maçônicas, patrióticas, literárias, religiosas etc – foram formas modernas de sociabilidade que ofereceram “novos modelos associativos em meio de uma sociedade globalmente organizada em torno de uma estrutura corporativa hierárquica (ordens) e composta na essência por atores sociais coletivos”. Como contraponto da sociedade tradicional, do Antigo Regime, tais organizações foram “portadoras da modernidade, no sentido de que estruturavam novas formas de organização do social, não centradas sobre os antigos grupos, mas no indivíduo como ator político e social”. Eram caracterizadas pelo fato de “cada um de seus membros terem somente uma relação com as ideias, com os fins”. As associações voluntárias funcionaram como laboratórios democráticos nos quais seus membros se educavam pela prática política moderna como indivíduo-cidadão que exercia sua soberania como parte do grupo de eleitores (BASTIAN, 1993, p. 8).

Nos Estados Unidos da América, durante o século XIX, elas tomaram outra dimensão. A racionalização da religião que ocorreu na cultura norte-americana durante o século XIX transformando-a em controle psicofísico, foi denominada por Weber de desencantamento do mundo – *die Entzauberung der Welt* –. A moderna posição dos clubes sociais seculares, com recrutamento por eleição, foi em grande parte produto de um processo de secularização daquelas instituições nas quais o indivíduo era admitido por votação, após um exame e uma comprovação de sua conduta ética, do seu comportamento religioso, do seu modo de vida metódico. Uma das características da democracia norte-americana foi que ela se constituiu “num animado complexo de associações rigorosamente exclusivas, embora, voluntárias”. E, para ser plenamente aceito naquela democracia, era preciso “se conformar não só às convenções da sociedade burguesa, mas mostrar que fora capaz de ingressar, por votação, numa das seitas, clubes, ou sociedades, não importa de que tipo, desde que fosse tida como suficientemente legítima” (WEBER, 1971, p. 355-357).

A Sociedade Bíblica Americana, foi uma associação voluntária protestante que, a partir do início do século XIX, assumiu a responsabilidade por fazer circular ideias através de diversos tipos de impressos, nos Estados Unidos da América e em diferentes países, tal como era a prática da sua congênere Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (BFBS). Durante o século XIX, a sociedade norte-americana viu surgirem muitas associações destinadas a fazer circular impressos cristão não apenas nos Estados Unidos da América, mas também em outros países do mundo. Essas instituições cumpriram importante papel nos países da América Latina, principalmente no Brasil. Dentre as organizações de maior vulto, é possível listar: *American and Foreign Christian Union, American Seamen's Friends Society, American Tract Society e, American Sunday School Union*, dentre outras.

Nas análises até agora realizadas, foi possível observar que a Sociedade Bíblica Americana/ABS chegou ao Brasil inicialmente através do trabalho de Daniel Parish Kidder, na década de 1820. A sua ação recebeu no país um grande reconhecimento e, em 1829, ele já estava se manifestando e apresentando sugestões educacionais à Assembleia Legislativa da Imperial Província de São Paulo, preocupado com a carência de livros escolares que anotou no país. Outros Agentes a ele se somaram, como James Cooley Fletcher, a partir da metade nos anos 1800. Buscar a ação destes e de outros agentes e colportores, as regiões do Brasil nas quais eles atuaram e levantar as estatísticas de livros e impressos entre nós distribuídos é o que vem fazendo o presente estudo.

Um relatório publicado pela Sociedade Bíblica Americana em 1926, revela que desde o ano de 1882, quando foi estabelecida a chamada Agência das Índias Ocidentais, abrangendo Cuba, Porto Rico, Haiti, Santo Domingo, Ilhas Virgens e as Ilhas Francesas de Martinica e Guadalupe, a circulação total de impressos até o ano de 1925 foi de 1.042.583 volumes. Os dados estatísticos a respeito do Brasil ainda não foram localizados, mas os indicadores de outras regiões são significativos.

BIBLIOTECA DIGITAL DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A base de dados digital foi criada junto ao *Google Site* que integra a plataforma de ferramentas *Google for Education* e

está sendo alimentada por integrantes do Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais/GPHPE/Unit/CNPq - alunos de Iniciação Científica, de Mestrado e de Doutorado -. Até o momento, foram inseridos os fotogramas de seis impressos da Coleção Folhetos Evangélicos. Nela será possível realizar pesquisas através do nome do autor, de palavras-chave, título do livro, ano de publicação. Os títulos dos livros são: Manifesto do Clero Evangélico do Rio de Janeiro em Sessão de 22 de Agosto de 1921 (Rio de Janeiro: Comissão Brasileira de Cooperação, 1921); Imagens Milagrosas (NORA, Annibal. S/Ed.: 1930); A Verdade Procurada e Achada ou A Resposta da escritura à pergunta: O Domingo foi Anulado? (NICE, Jorge Philippe. Lisboa: Tip. De Adolpho, Modesto & C., 1880); O Capitão de Navios e o seu Grumete (S/A. Lisboa: Livraria Evangelica, 1918); Os Mártires de Espanha (S/A. Lisboa: Tip. De Adolpho, Modesto & C., 1890); O Rapaz do Realejo ou "Minha Casa Doce Lar" (S/A, Lisboa: Rua das Janelas Verdes, 1885); A Primeira Oração de Jéssica (S/A, Lisboa: Rua das Janelas Verdes, 1884).

Esta atividade também tem possibilitado trabalhar com um discente que possui acesso a informação que disponibilizamos em sala de aula praticamente em tempo real. Logo, apresentar a este novo tipo de aluno novas propostas de aprendizagem, conectadas ao seu universo, é fundamental no processo de ensino aprendizagem. Concordo quando Assmann (1998, p. 32) afirma que "o produto dessa nova educação deve caracterizar-se por experiências de aprendizagem e não pela aquisição de conhecimentos supostamente prontos e disponíveis para o ensino concebido como simples transmissão".

A *G Suite for Education*, existe há 10 anos. Inicialmente foi chamada de *Google Apps for Education*, e sua criação e desenvolvimento tem como principal objetivo compartilhar formas inovadoras de práticas de aprendizagem entre professores e alunos desde o nível fundamental até o nível superior. A tecnologia do *Google for Education* possibilita aos educadores manter o aprendizado personalizado, garantindo melhor desempenho de suas turmas. Já os alunos se beneficiam com a facilidade da plataforma e ganham mais tempo para aprendizagem (<https://edu.google.com/>).

Desde que foi criada, a *G Suite for Education* foi construída sobre a idéia de que quando as pessoas podem trabalhar juntas e facilmente a partir de qualquer lugar, elas realizam mais. Conforme destaca Pretto (1996, p. 19),

a aceleração do desenvolvimento dessas novas tecnologias está se dando pelo movimento de aproximação entre as diversas indústrias (equipamentos, eletrônica, informática, telefone, cabos, satélites, entretenimento e comunicação). Esse movimento é a condição objetiva para aperfeiçoamento dessas tecnologias fazendo com que, potencialmente, aumentem as possibilidades de comunicação entre as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que está sendo desenvolvida demonstra a importância da circulação de impressos para a disseminação de pensamentos e autonomia, na sociedade brasileira, e sua relação com a educação. As tecnologias digitais^[2] e a globalização dos textos eletrônicos, têm possibilitado ao leitor buscar várias interpretações, de vários autores, de qualquer século passado em qualquer lugar do planeta, não importando a distância, estando ele apenas conectado a rede eletrônica mundial de computadores.

O leitor da era digital adquire novas formas de ler, diferente da leitura de um livro impresso, seja em um espaço físico mais reservado, fazendo com que ele esteja isolado numa leitura singular, ou em um ambiente aberto ao público, como no ônibus, no metrô, no shopping, em uma praça. Nesse caso, o leitor da era digital estará voltado simplesmente à sua tela. Com isso, ele desenvolve novas habilidades e técnicas, ganhando suas características e peculiaridades, construindo a cultura do leitor de textos eletrônicos.

O suporte eletrônico proporciona ao leitor uma universalidade de livros, abrindo-se um leque de possibilidades na pesquisa, fazendo suas buscas eletronicamente tornarem-se um trabalho simplificado, que é uma vantagem para o pesquisador. A relação entre texto e imagem na tela, tende a aperfeiçoar, pois já eram perceptíveis nos livros impressos, assim como, a assimilação e curiosidade do leitor pela obra.

Existe uma tendência nas buscas por matérias disponíveis na internet, sejam livros, jornais ou revistas, por ser um meio rápido e eficiente de pesquisa, porém é necessário buscar fontes confiáveis, uma vez que, nem todas elas o são.

Segundo Gondra (2000), a utilização de novos recursos para suporte à pesquisa histórica, é uma imposição da atualidade aos investigadores da área da História da Educação, "não devendo se limitar à aplicação técnica, mas se estender ao exame de processos tecnológicos que venham a potencializar a exploração de fontes". Disso, depreende-se a necessidade de uma relação com outros campos disciplinares, focalizando eventuais contribuições para o acesso, análise e disponibilização de materiais ou acervos documentais.

A opção da sociedade pelo digital tem alterado e questionado as condições de produção e divulgação do conhecimento. A *s humanidades digitais* designam uma transdisciplina, portadora dos métodos, dos dispositivos e das perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das Ciências Humanas e Sociais. Mobilizam simultaneamente os instrumentos e as perspectivas singulares do mundo digital. Procuram atuar na intrincada relação entre práticas tradicionais e novas tecnologias, construindo ferramentas que auxiliem na criação e na manipulação de novas formas de representações. Além disso, incorporam saberes tradicionais às tecnologias computacionais, aplicando, assim, a tecnologia digital nas investigações em história (<https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/>).

Com a chegada do século XXI e as novas tecnologias digitais, o projeto deu início a um trabalho de armazenamento e disponibilização da documentação coletada, principalmente referente à História da Educação Protestante, através da criação de uma base de dados, para uma melhor divulgação científica. Segundo Porto e Morais (2009, p. 110),

no que diz respeito à divulgação científica, dentre todas as tecnologias comunicacionais, é a Internet que tem provocado transformações mais significativas no processo de produção da informação. Isto quer dizer que nenhum outro meio tem possibilitado, com a mesma intensidade, o desenvolvimento de modelos de comunicação democráticos, onde o público participa do debate sobre a ciência e seu papel social, com suas opiniões, valores, expectativas ou preocupações. Diante disso, e com base em tudo o que foi exposto até aqui, é viável afirmar que as políticas de incentivo à popularização da ciência, que se multiplicaram sensivelmente nos últimos

anos, em função de parcerias entre órgãos governamentais, a sociedade, devem contemplar as potencialidades da Internet. Dentre essas potencialidades, a mais significativa é a possibilidade de acesso fácil e gratuito, que pode contribuir, de forma decisiva, para a formação de uma cultura científica no Brasil.

A base de dados digital possibilitará pesquisadores conhecer os temas abordados, editoras e ano de publicação, bem como a importância da ação de protestantes e outros grupos sociais na produção, circulação e usos de impressos e sua relação com a educação brasileira.

Esta pesquisa pretende também contribuir, principalmente, na difusão de uma documentação de difícil acesso e, conseqüentemente, promovendo novas possibilidades de investigação de temas que ainda se encontram obscuros na História da Educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, H. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

AFONSO, José António Martin. **Protestantismo e Educação**. História de um projeto pedagógico alternativo em Portugal na transição do século XIX. Braga: Universidade do Minho, 2009.

ALMEIDA, M. S. **Livros e leitores: saberes e práticas educacionais e religiosas na Coleção Folhetos Evangélicos (1860-1939)**. Aracaju: Universidade Tiradenes, 2013. Dissertação de Mestrado.

AMERICAN BIBLE SOCIETY. **Bible Work in Latin American**. New York: American Bible Society Press, 1878.

AMERICAN BIBLE SOCIETY. **The Manual of the American Bible Society**. From the One Hundred and Tenth Annual Report of the American Bible Society. New York: American Bible Society Press, 1926.

BASTIAN, Jean-Pierre (Comp.). **Protestantes, liberais y francmasones**. Sociedades de ideas y modernidad en América Latina, siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica/CEHILA, 1993.

BRITISH AND FOREIGN BIBLE SOCIETY'S LIBRARY. **Archives Indexes/BSAX (1804-1897)**. Londres: Cambridge University Library, 1956.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados/ Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.

GINZBURG, Carlo. **O fio e o rastro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOOGLE FOR EDUCATION. Disponível em <<<https://edu.google.com/>>>. Acessado em 3 de abril de 2019.

GONDRA, José G. A leveza dos bits. In: FARIAS FILHO, Luciano Mendes. **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a História da Educação. Campinas: Editores Associados, 2000, p. 3-17.

HALLEWEL, Laurence. O Livro no Brasil. São Paulo, T. A. Queiroz/Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

HUMANIDADES DIGITAIS. Disponível em <<<https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/>>>. Acessado em 3 de abril de 2019.

KENSKI, Vani. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9ª ed. Campinas: Papyrus, 2012.

KIDDER, D. P. E FLETCHER, J. C. **O Brasil e os brasileiros (esboço histórico)**. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Vol. 1, 1941.

PRETTO, N. de L. **Uma escola com/sem futuro**. Educação e Multimídia. Campinas: Papyrus, 1996.

PORTO, Cristiane de M. e MORAES, Danilo de A. Divulgação científica independente na internet como fomentadora de uma cultura científica no Brasil estudo inicial em alguns blogs que tratam de ciência. In: PORTO, C. M. (org.). **Difusão e cultura científica**: alguns recortes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 93-112.

RIBEIRO, Domingos. 1937. **Origens do evangelismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Apollo.

REILY, Duncan Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1984.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[1] Hallewell (1985, p. 146), esclarece que à época o formato corrente do livro em circulação no Brasil era o chamado formato francês, "ao qual a maioria dos livros brasileiros se ajustou durante 60 anos ou mais. Esse formato existia em dois tamanhos: in-oitavo (16,5 X 10,5 centímetros), e outro muito mais freqüente, o longo in-doze (17,5 X 11,0 centímetros)".

[2] Para Kenzki (2012, p. 18), tecnologia é um "conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade".